

feitos pelo Departamento Hidroviário da SLT. Com a palavra, o Secretário-Adjunto de Energia e Mineração, RICARDO TOLEDO SILVA, manifestou interesse em que a Secretaria de Energia e Mineração também faça parte de tal Comitê, em razão das interações entre a geração de energia e a operação da hidrovia. Tal posicionamento foi seguido pelos demais Conselheiros do CDPED, que aprovaram por unanimidade a formação de CAP, com a participação da Secretaria de Energia e Mineração.

Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães (Complexo Ginásio do Ibirapuera)

Dando continuidade à reunião, o Presidente do CDPED pas-sou a palavra ao Secretário de Esporte, Lazer e Juventude-SELJ, PAULO GUSTAVO MAIURINO, que apresentou a proposta pública denominada “Concessão Comum Onerosa do Conjunto Despor-tivo Constâncio Vaz Guimarães”, submetida a este Conselho, por meio da Plataforma Digital de Parcerias (www.parcerias.sp.gov.br), e protocolizada sob nº 002-2017. Tal proposta visa à criação de um novo complexo esportivo-cultural multiuso, conhecido como next generation, na cidade de São Paulo. A elaboração da proposta foi motivada, dentre outras razões, em face da escassez de espaços da cidade de São Paulo para a realização de eventos com capacidade de até vinte mil pessoas, de padrão internacio-nal, que abrigue todo tipo de evento, desde competições espor-tivas, eventos culturais até grandes shows internacionais. O perí-odo de concessão sugerido seria de trinta anos. Com a palavra, a Subsecretária de Parcerias e Inovação sugeriu o envolvimento da Procuradoria Geral do Estado para constituição dos grupos técnicos que conduzirão o aprofundamento dos estudos e, em especial, para verificação das questões jurídicas relacionadas às questões dominiais da área do Complexo Ginásio do Ibirapuera. Avaliou a importância de haver interação com a Prefeitura de São Paulo e a pertinência de se realizar chamamento público para que sejam elaborados estudos técnicos sobre a proposta de concessão. Ressaltou ainda a importância de verificação e análise do potencial de exploração de receitas acessórias (sem desconsiderar, inclusive, a possibilidade de avaliação de naming rights como potencial fonte de receita). Diante do exposto, os Conselheiros do CDPED decidiram, por unanimidade, aprovar a formação de grupo de trabalho para que seja realizado cha-mamento público de estudos para a análise da viabilidade do projeto e a sua modelagem nos aspectos técnicos, econômicos e jurídicos. Apontou, ainda, o Presidente do CDPED para a necessidade de notificação à Prefeitura de São Paulo a respeito da aprovação da proposta e da intenção de aprofundamento dos estudos relacionados a esta proposta para fins de concretização do projeto em questão.

Nada mais havendo a ser discutido, o Presidente do CDPED, agradecendo a presença de todos, deu por encerrada a reunião, da qual ue, ISADORA CHANSKY COHEN, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes.

SAULO DE CASTRO ABREU FILHO
JOSÉ RENATO FERREIRA PIRES
MÁRIO ENGLER PINTO JUNIOR
RICARDO TOLEDO SILVA
MARCOS ANTÔNIO MONTEIRO
PAULO GUSTAVO MAIURINO
JUCILENE LIMA ARAÚJO TEIXEIRA
ISADORA CHANSKY COHEN
(página de assinatura da Ata da 224ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização, realizada em 6-4-2017)
S.P. 6-4-2017

#### PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

**Ata da 75ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, instituído por força da Lei Estadual 11.688-2004**

Data: 6-4-2017, 14h30

Local: Salão dos Conselhos, Palácio dos Bandeirantes

Conselheiros
Presidente: SAULO DE CASTRO ABREU FILHO - Secretário de Governo, JOSÉ RENATO FERREIRA PIRES - Procurador Geral do Estado Adjunto, representante indicado pelo Procurador Geral do Estado Elival da Silva Ramos, MÁRIO ENGLER PINTO JUNIOR - Diretor Presidente da Companhia Paulista de Parcerias/ CPP, representante indicado pelo Secretário da Fazenda Hélio Tokeshi, FABRÍCIO COBRA ARBEX - Secretário-Adjunto da Casa Civil, representante indicado pelo Secretário Samuel Moreira, MARCOS ANTÔNIO MONTEIRO - Secretário de Planejamento e Gestão,

Convidados

DAVID EVERSON UIP - Secretário da Saúde, CLODOALDO PELLISSIONI - Secretário dos Transportes Metropolitanos-STM, PAULO MENEZES FIGUEIREDO - Diretor Presidente da Compa-nhia do Metropolitano de São Paulo-Metrô, PAULO DE MAGA-LHÃES BENTO GONÇALVES - Presidente da Companhia Paulista de Trems Metropolitanos-CPTM, EDUARDO RIBEIRO ADRIANO - Secretário-Adjunto da Saúde, CRISTINA MARGARETE WAGNER MASTROBUONO - Subprocuradora Geral da Área de Consultoria Geral da Procuradoria Geral do Estado-PGE, KARLA BERTOCCO TRINDADE - Subsecretária de Parcerias e Inovação, ISADORA CHANSKY COHEN - Responsável pela Unidade de Parcerias Público-Privadas/UPPP.

Diagnóstico por Imagem

Uma vez reunidos os membros do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas - CGPPP, o Senhor Presidente, SAULO DE CASTRO ABREU FILHO, procedeu à abertura dos trabalhos referindo-se à Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada-MIP “Diagnóstico por Imagem”, submeti-da, por meio da Plataforma Digital de Parcerias (www.parcerias.sp.gov.br), a este Conselho pela Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem-FIDI, protocolizada sob nº 001-2017. Em seguida, o Presidente do CGPPP passou a palavra ao Secretário-Adjunto da Saúde, EDUARDO RIBEIRO ADRIANO, que apresentou a proposta: uma concessão administrativa, com o intuito de unificar os Serviços Estaduais de Diagnóstico por Imagem I, II e III, hoje prestados pelo Estado, muitas vezes por meio de parcerias com entidades do terceiro setor. De acordo com a proposta apresentada, a parceria sugerida englobaria 46 unidades, resultando na capacidade de realização de apro-ximadamente 2,6 milhões de exames anuais, nas modalidades de raios-x convencional, raios-x contrastado, ultrassonografia, ultrassonografia Doppler, mamografia, tomografia computadori-zada, ressonância magnética, densitometria óssea e hemodinâ-mica (dentre outros). O prazo contratual sugerido na proposta de parceria apresentada seria de vinte anos. Em conformidade com o quadro apresentado, a implantação desta parceria poder-ia acarretar em economia de até 10% em relação aos gastos com tais serviços se comparada com as despesas atreladas às mesmas atividades atualmente prestadas pelo Estado. A par-ceria, ainda, poderia representar oportunidade para contornar as dificuldades enfrentadas pelo Estado de manutenção da atuali-zação constante dos equipamentos, de forma a evitar com que a infraestrutura se torne obsoleta. Neste sentido, parte do inves-timento estimado na proposta seria destinada à manutenção da atualidade dos serviços e da tecnologia apropriada. De posse da palavra, o Presidente deste Conselho destacou como pontos de atenção, a serem devidamente estudados e endereçados na modelagem, em especial (i) o potencial de geração de receitas alternativas a serem desenvolvidas nas unidades; e (ii) os ciclos de revisão para que o escopo do contrato possa, constantemen-te, absorver as inovações tecnológicas. Finda a apresentação, os Conselheiros do CGPPP decidiram, por unanimidade, aprovar a formação de Comitê de Análise Preliminar-CAP para aprofun-damento dos estudos, sendo tarefa do CAP a verificação da viabilidade econômico-financeira da proposta e da redução de despesas prevista e estimada na proposta, para que, então, se

possa realizar chamamento público com a finalidade de colher subsídios (do mercado) necessários à modelagem da parceria proposto.

Fábrica de Hemoderivados

Passando ao item seguinte da pauta, o Presidente deste Colegiado anunciou a proposta pública “Concessão de Fábri-ca de Hemoderivados”, submetida ao CGPPP, por meio da Plataforma Digital de Parcerias, pelo Instituto Butantan, sob o protocolo de nº 003-2017. Com a palavra, o representante do referido Instituto apresentou a proposta de parceria, cujo objeto seria a produção de hemoderivados por meio do uso de plasma excedente, obtido das doações voluntárias de sangue nos Hemo-centros do Estado de São Paulo, bem como a gestão de pro-dutos, operação de processos e registro de licenças necessárias. Foram expostos (i) detalhamento sobre a cadeia e a forma de funcionamento atual da produção de hemoderivados (albumina, imunoglobulinas e fatores de coagulação); (ii) sua importância como medicamentos biológicos essenciais no tratamento de grande número de patologias; (iii) a demanda atual por tais medicamentos e o histórico de como tal demanda vem sendo suprida pelo mercado externo; bem como (iv) panorama da situação dos hemocentros brasileiros e estaduais e do acúmulo de excedentes de hemoderivados em tais hemocentros. Tal como apresentado, o modelo de negócio preliminarmente estruturado nesta proposta aponta para uma concessão administrativa, com prazo sugerido de vinte anos. A proposta apresenta um escopo contratual dividido em três fases, sendo: (i) processamento do plasma existente no Estado; (ii) início da operação com envaze e embalagem; e (iii) início da operação de fábrica de hemoderiva-dos (cuja infraestrutura já estaria disponível), com possibilidade de venda ao mercado internacional. Após a apresentação, os Conselheiros ressaltaram a importância da interação com o Ministério da Saúde. Expostas as considerações e dirimidas as dúvidas, os Conselheiros do CGPPP decidiram, por unanimidade, aprovar a formação do Comitê de Análise Preliminar-CAP para aprofundamento dos estudos, autorizando a eventual realização de chamamento público para aprimorar a modelagem de tal proposta.

Trem Intercidades (“TIC”)

Dando seqüência à reunião, o Senhor Presidente do Con-selho referiu-se à 68ª Reunião Ordinária do CGPPP, realizada em 03-07-2015, na qual os Conselheiros do CGPPP deliberaram pela readequação e atualização da MIP denominada “Trens Intercidades”, endereçada a este Colegiado pelas empresas Grupo BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda e EDLP - Estação da Luz Participações Ltda. O escopo de tal proposta visava à implantação do trem intercidades em 4 trechos: São Paulo-Americana, São Paulo-Sorocaba, São Paulo-Santos e São Paulo-Pindamonhangaba. De posse da palavra, o Secretário da STM, CLODOALDO PELLISSIONI apresentou a proposta de concessão do primeiro trecho São Paulo-Americana, solicitando a publi-cação de chamamento público para a obtenção de estudos de (a) soluções de melhoramento da financiabilidade do projeto, a partir da inclusão da Linha 7 da CPTM no escopo da concessão e de aumento do potencial de exploração de receitas acessórias; e (b) aprofundamento dos estudos de demanda já existentes, assim como outros que se fizerem necessários à atualização e/ou complementação daqueles submetidos pela MIP. Sugeriu ainda que as solicitações feitas no âmbito do chamamento possam contar com o apoio da equipe técnica coreana designada em razão do Memorandum of Understanding-MoU (Memorando de Entendimento) assinado entre o GESP e a Coreia do Sul. Diante do exposto, os conselheiros decidiram, por unanimidade, autorizar a constituição do Grupo de Trabalho-GT com a finalidade de atualizar os estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica da proposta.

Sistema Único de Arrecadação Centralizada

Na seqüência, também retomando o histórico de aprova-ção para condução de propostas discutidas em sede de sua 68ª Reunião Ordinária, o Presidente do CGPPP anunciou a retomada oficial dos estudos relacionados à proposta “Siste-ma Único de Arrecadação Centralizada”, ressubmetida pelo Metrô, pela CPTM e pela Secretaria de Governo, por meio da Plataforma Digital de Parcerias (www.parcerias.sp.gov.br), sob o protocolo de nº 004-2017. A referida proposta retroma os trabalhos relacionados ao aprofundamento dos estudos necessários à estruturação de parceria, cujo escopo engloba os serviços a serem prestados por parceiro privado para: a) gerenciar e operar os sistemas de bilhetagem existentes: (i) em base em bilhete magnético padrão EDMONSON e (ii) em cartão inteligente sem contato, denominado BILHETE ÚNICO (Ônibus urbanos do Município de São Paulo, METRÔ, CPTM); b) implantar e modernizar sistema de bilhetagem integrado, com métodos de tecnologia que proporcionem maior eficiência na gestão, operação, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de transportes coletivos de passageiros no Estado de São Paulo; e c) prestar serviços de câmara de compensação, incluindo processamento e liquidação das transações do sistema de bilhetagem integrada, compreendendo apuração de débitos e créditos, gerenciamento dos recebimentos e dos pagamentos e distribuição dos valores assim arrecadados. O prazo estimado para a parceria seria de trinta anos. Tal como enaltecido pelos representantes da STM presentes, os principais investimentos englobariam aqueles necessários à modernização do sistema de arrecadação e segurança do sistema, para inclusive figurar como solução aos desafios que vêm sendo atualmente enfrenta-dos pela atual gestão pública. A seguir, o Diretor Presidente do Metrô, PAULO MENEZES FIGUEIREDO, realizou breve apre-sentação na qual retomou o histórico da proposta, submetida inicialmente pela STM a este Conselho em 2008. Retomando o histórico, apresentou os desdobramentos e etapas realizadas até a presente data. Destacou-se (i) a importância do projeto para a modernização do sistema de arrecadação, com fins de otimizar a integração das Redes Municipal e Metropolitana de Trans-portes Coletivos de Passageiros do Estado de São Paulo; assim como (ii) a necessidade de implantação de sistema que origine maior segurança e correção de falhas de segurança que sejam percebidas no sistema atual. Diante do exposto os Conselheiros reunidos aprovaram, por unanimidade, a constituição de Grupo de Trabalho - GT para realizar todas as atividades necessárias para estruturar a modelagem do projeto. O Presidente do CGPPP recomendou a notificação da Prefeitura Municipal de São Paulo para que esta tivesse ciência sobre a aprovação da proposta e pudesse, se entendesse pertinente, designar representantes para desenvolver estudos e trabalhos conjuntos para a concretização das etapas necessárias à formação do projeto.

Habitação Fazenda Albor

Por fim, os Conselheiros do CGPPP, após tomarem conheci-mento das manifestações formais da Secretaria da Habitação, da UPPP, da CPP e da PGE a este Colegiado, referentes ao projeto de parceria “Habitação Fazenda Albor”, tomaram conhecimento do conteúdo do Relatório de Modelagem final do projeto e confirmaram, por unanimidade, a autorização para a publicação do Edital de Licitação, bem como a condução das atividades correlatas.

Nada mais havendo a ser discutido, o Presidente deste CGPPP agradeceu a presença de todos e lavrou a ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes.

SAULO DE CASTRO ABREU FILHO
JOSÉ RENATO FERREIRA PIRES
MÁRIO ENGLER PINTO JUNIOR
FABRÍCIO COBRA ARBEX
MARCOS ANTÔNIO MONTEIRO
DAVID EVERSON UIP
CLODOALDO PELLISSIONI
(página de assinatura da Ata da 75ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, realizada em 6-4-2017)
S.P. 6-4-2017

## Governo

### FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

#### CHEFIA DE GABINETE

**Extrato de Convênio**

Processo 181819/2017

Partícipes: O Estado de São Paulo, através do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo e o Município de Santa Cruz da Conceição - EMEF MARIA HERMINIA RUEGG RAVANINI, por intermédio do seu Fundo Social de Solidariedade.

Objeto: Transferência de recursos materiais, consistentes no “Kit Horta”, para implantação e execução do Programa “Horta Educativa”

Valor do Convênio: R\$ 34.610,21, sendo R\$ 3.043,61 de responsabilidade do FUSSESP, relativos ao “Kit Horta” e R\$ 31.566,60 pelo Município.

Prazo de Vigência: 12 meses, contados da data da assina-tura

Data da Assinatura: 06-06-2017

À vista das instruções contidas nos autos e nos termos do Despacho do Chefe de Gabinete de fl. 135, DECLARO a rescisão unilateral do Convênio 388/2014, celebrado em 27-10-2014, com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jandira, para implantação e execução da 2ª Fase do Projeto “Escola de Moda”, em face do descumprimento do disposto na Cláusula Primeira do Ajuste, pelo Convenente.

### AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

#### DIRETORIA DE INVESTIMENTOS

**Despachos do Diretor, de 25-05-2017**

Tendo em vista a Decisão do Diretor de Investimentos DI.DIN.0047/16 publicada no D.O. em 19/07/16 e o não provi-mento do Recurso Administrativo pelo Conselho Diretor na 739ª Reunião de 18-05-2017, publicado no D.O. em 20/05/17, relativo à notificação NOT.DIN.0141/13, por infração ao contrato de Concessão, a Diretoria de Investimentos aplica à Concessio-nária Rodovias das Colinas S/A, a pena de multa no valor de R\$ 12.200,07, base jul/16, conforme Tipificação 18. Implantação e Execução, Item 31, Grupo III, Nível D do Anexo 1 do Termo Aditivo e Modificativo Coletivo/2006.

Fica essa Concessionária notificada a recolher através de guia própria, adquirida junto ao DER à Av. do Estado 777, Ponte Pequena, discriminando o motivo do depósito ao Banco do Brasil, Agência 1897-X, C/C 139.553-X, o valor acima referen-dado no prazo contratual de 15 dias. (Processo 015.112/2013 - Protocolo 233.980/13).

Tendo em vista a Decisão do Diretor de Investimentos DI.DIN.0030/16 publicada no D.O. em 18/06/16 e o não provi-mento do Recurso Administrativo pelo Conselho Diretor na 739ª Reunião de 18-05-2017, publicado no D.O. em 20/05/17, relativo à notificação NOT.DIN.0192/11, por infração ao contrato de Concessão, a Diretoria de Investimentos aplica à Concessionária Centrovias Sistemas Rodoviários S/A, a pena de multa no valor de R\$ 218.712,77, base jul/16, conforme Tipificação 16. Pavimen-to, Item 1, Grupo I, Nível B do Anexo 1 do Termo Aditivo e Modificativo Coletivo/2006.

Fica essa Concessionária notificada a recolher através de guia própria, adquirida junto ao DER à Av. do Estado 777, Ponte Pequena, discriminando o motivo do depósito ao Banco do Brasil, Agência 1897-X, C/C 139.553-X, o valor acima referen-dado no prazo contratual de 15 dias. (Processo 012.808/2012 - Protocolo 197.823/12).

#### DIRETORIA DE OPERAÇÕES

**Despachos do Diretor**

**De 29-05-2017**

Concedendo a Autorização, a título precário, para a ocupa-ção transversal e longitudinal na faixa de domínio da Rodovia Atílio Balbo, SP-322, transversal no km 326+420m e longitudi-nal entre os kms 326+420 e 326+120m, e ocupação longitudinal subterrânea na faixa de domínio da Rodovia Atílio Balbo, SP-328, entre os kms 323+515m e 324+100m, para implantação de cabo óptico de 72 fibras, em 4 dutos PEAD Ø 40mm, método não destrutível, à Tim Celular S/A, trecho sob responsabilidade da Concessionária Vianorte S/A, nas condições constantes do termo. (Processo 021.288/2016 - Protocolo 326.838/16).

**De 30-05-2017**

Concedendo a Autorização, a título precário, para a ocupa-ção transversal subterrânea na faixa de domínio da Rodovia Raposo Tavares, SP-270, no km 115+500m, para implantação de cabo óptico de 24 fibras, em 02 dutos PEAD Ø 40 mm, método não destrutível, à SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda, trecho sob responsabilidade da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S/A, nas condi-ções constantes do termo. (Processo 022.245/2016 - Protocolo 338.390/16).

**De 31-05-2017**

Concedendo a Autorização, a título precário, para a ocupa-ção transversal e longitudinal subterrânea na faixa de domínio da Rodovia Ermírio de Moraes, SP-075, transversal no km 11+450m e longitudinal entre os kms 11+450m e 11+285m, para implantação de cabo óptico 24 fibras em 02 dutos PEAD Ø 40mm, métodos destrutível e não destrutível, à SAMM - Socie-dade de Atividades em Multimídia Ltda, trecho sob responsabi-lidade da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S/A, nas condições constantes do termo. (Processo 022.271/2016 - Protocolo 338.662/16).

Concedendo a Autorização, a título precário, para a ocupa-ção longitudinal e transversal subterrânea na faixa de domínio da Rodovia Presidente Castelo Branco, SP-280, longi-tudinal entre os kms 60+045m e 59+917m, e transversal no km 59+917m, para implantação de cabo óptico de 24 fibras, em 02 dutos PEAD Ø 40mm, método não destrutível, à SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda, trecho sob responsabilidade da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S/A, nas condições constantes do termo. (Processo 022.270/2016 - Protocolo 338.663/16).

**De 05-06-2017**

Concedendo a Autorização, a título precário, para a abertura de acesso tipo particular (municipal) na altura do km 308+800m, pista leste da Rodovia Prefeito Antônio Duarte Nogueira (SP-322) à Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, cujo trecho está sob responsabilidade da Concessionária Vianorte S/A, nas con-dições constantes do termo. (Processo 019.283/2015 - Protocolo 297.751/15 - RT.DOP.0148/17 - TAT.DOP.0006/17).

#### DIRETORIA DE PROCEDIMENTOS E LOGÍSTICA

**Despachos do Diretor, de 06-06-2017**

Processo 016.885/14 (F1-1286) - Segantur Transporte e Turismo Ltda. Em razão da mudança da razão social da empresa acima referida, que passou a ser SEGANTUR TRANSPORTES E TURISMO EIRELI - EPP, conforme alteração contratual apresenta-da às fls. 103/105, AUTORIZO que seja consignada a nova razão social da empresa, em todas as anotações constantes da DOL/ Artesp, relacionadas ao Serviço de Fretamento.

Processo 022.132/16 (F3-2334) - Marcelo Ramiro Mazini Tapias - ME. Em razão da mudança da razão social da empresa acima referida, que passou a ser TAPIAS LOCAÇÕES E TRANS-PORTE EIRELI - ME, conforme alteração contratual apresentada às fls. 107/112, AUTORIZO que seja consignada a nova razão social da empresa, em todas as anotações constantes da DOL/ Artesp, relacionadas ao Serviço de Fretamento.

Processo 019.857/15 (F4-2117) - Transportes Coelho de Araraquara Ltda - ME. Em razão da mudança da razão social da empresa acima referida, que passou a ser LOCADORA & TRANS-PORTES COELHO LTDA - ME, conforme alteração contratual apresentada às fls. 119/124, AUTORIZO que seja consignada a nova razão social da empresa, em todas as anotações cons-tantes da DOL/ Artesp, relacionadas ao Serviço de Fretamento.

Processo 020.623/16 (F1-2166) - Fernando Cossulin Ama-deu - ME. Em razão da mudança da razão social da empresa acima referida, que passou a ser FERNANDO COSSULIN AMA-DEU EIRELI - ME, conforme alteração contratual apresentada às fls. 106/107, AUTORIZO que seja consignada a nova razão social da empresa, em todas as anotações constantes da DOL/ Artesp, relacionadas ao Serviço de Fretamento.

Protocolo 356.224/17 - Shiguematu’s Locadora de Veículos Eireli - ME. APROVO o novo padrão visual na frota do Serviço de Fretamento da empresa, apresentado através de fotos autu-adas à fl. 04 do presente e, CONCEDO o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, para que a empresa complemente os serviços de pintura dos veículos.

Protocolo 356.225/17 - Shiguematu’s Locadora de Veículos Eireli - ME. AUTORIZO a empresa operar com o veículo de placas GBU-0721, de sua propriedade, no serviço de Fretamento da Artesp, fora do padrão adotado pelo Regulamento vigente, desde que o veículo opere com cartão de vistoria em vigor, tendo o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, conforme autorizado no protocolo 356.224, para adequação ao novo layout autorizado para toda sua frota.

## Planejamento e Gestão

### UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS

### DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

**Comunicado**

Decisões Finais Sobre Inspeção de Saúde para Fins de Ingresso

NOME-RG-CARGO-Certificado de Sanidade e Capacidade Física-CSCF-DECSÍAO

**Defensoria Publica do Estado**

TATIANE BOTTAN - RG 261622699 - DEFENSOR PUBLICO EST. NIVEL I - CSCF 12665/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço públi-co após avaliação pericial.

**Ministerio Publico**

LAIS CAROLINE TREVISAN - RG 467865401 - OFICIAL DE PROMOTORIA I - CSCF 12722/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

RAFAEL DOUGLAS CUNHA DA SILVA - RG 352131640 - OFI-CIAL DE PROMOTORIA I - CSCF 12723/2017 - Candidato consi-derado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

WILLIAM CAMPAGNOLI DE ALMEIDA - RG 338300004 - OFICIAL DE PROMOTORIA I - CSCF 12724/2017 - Candidato con-siderado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

**Poder Judiciario**

ANTONIO CARLOS LEITE DE OLIVEIRA - RG 483379645 - ESCREVENTE TECN JUDICIARIO - CSCF 12700/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingres-so no serviço público após avaliação pericial.

CADMIEL MORAES DE SOUSA - RG 488364991 - ESCRE-VENTE TECN JUDICIARIO - CSCF 12701/2017 - Candidato consi-derado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

CHRISTINE LEMKE SOARES - RG 6233021 - ESCREVENTE TECN JUDICIARIO - CSCF 12702/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

DAYANE PASTORE DINIZ - RG 48248163 - ESCREVENTE TECN JUDICIARIO - CSCF 12703/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

JANAINE NARDOTTO - RG 37118588 - ESCREVENTE TECN JUDICIARIO - CSCF 12704/2017 - Candidato considerado APTO para exercí-cio no cargo pleiteado para ingresso no serviço públi-co após avaliação pericial.

JOAO ROBERTO NOBREGA - RG 585424561 - ESCREVENTE TECN JUDICIARIO - CSCF 12705/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

JOSE BENEDITO ANTUNES NETO - RG 47851172 - ESCRE-VENTE TECN JUDICIARIO - CSCF 12706/2017 - Candidato consi-derado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

JULIANA DI BERARDO - RG 457694233 - ESCREVENTE TECN JUDICIARIO - CSCF 12707/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

LARISSA FERNANDES DE ALBUQUERQUE RIBEIRO - RG 463499323 - ESCREVENTE TECN JUDICIARIO - CSCF 12708/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

LETICIA DE CAMPOS MORGAN - RG 353918623 - ESCRE-VENTE TECN JUDICIARIO - CSCF 12709/2017 - Candidato consi-derado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

LUANA PATRICIO ADRIANO MACHADO - RG 4141904 - ESCREVENTE TECN JUDICIARIO - CSCF 12710/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingres-so no serviço público após avaliação pericial.

MARCIA CRISTINA BENEVIDES - RG 193693987 - ESCRE-VENTE TECN JUDICIARIO - CSCF 12711/2017 - Candidato consi-derado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

MARCIA DEL ANHOL ALMEIDA - RG 30740496 - ESCRE-VENTE TECN JUDICIARIO - CSCF 12712/2017 - Candidato consi-derado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

MARISTELA KACHAROUSKI - RG 548808569 - ESCREVENTE TECN JUDICIARIO - CSCF 12713/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

RAMAYAN ALEXANDRE RODRIGUES - RG 34671987 - ESCREVENTE TECN JUDICIARIO - CSCF 12714/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingres-so no serviço público após avaliação pericial.

REBECA UEMATSU TEIXEIRA - RG 478300406 - ESCREVENTE TECN JUDICIARIO - CSCF 12715/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.